

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LENITA MARIA DOS SANTOS FERNANDES

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:

**COMPÊNDIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - RN**

NATAL/RN

2021

LENITA MARIA DOS SANTOS FERNANDES

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: COMPÊNDIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE
O CAPITAL E O TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - RN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.

NATAL/RN

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Fernandes, Lenita Maria dos Santos.

Modo de produção capitalista: compêndio sobre a relação entre o capital e o trabalho na Região Metropolitana de Natal ? RN / Lenita Maria dos Santos Fernandes. - 2021.

42f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Natal, RN, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.

1. Capitalismo - Monografia. 2. Trabalho - Monografia. 3. Economia - Região Metropolitana de Natal - Monografia. I. Wellen, Henrique André Ramos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 330.1:331

LENITA MARIA DOS SANTOS FERNANDES

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
COMPÊNDIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE NATAL - RN

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Data de aprovação: Natal/RN, ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.
(Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a Dr.^a Ilena Felipe Barros
(Examinadora interna)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

MS. Angely Dias da Cunha
(Examinadora externa)
Conselho Regional de Serviço Social – 14º Região (RN), CRESS/RN

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, as quais sou imensamente grata, foram quatro anos de luta, dedicação e transformações pessoais. Antes de tudo, agradeço a Deus que é meu amado companheiro presente em todos os momentos e é aquele a quem devo o sentido da vida.

Agradeço também à minha família por todo apoio, cuidado, amor e dedicação durante todo o processo. Agradeço com todo meu coração a minha avó Neuza (*in memoriam*), sem o amor dela eu não seria quem sou hoje, agradeço ao meu avô que persistiu junto a mim ajudando a superar todos os obstáculos, assim como minha mãe Lúcia, meu pai Lenilson e minhas tias Rejane e Núbia, que juntos ofereceram suporte nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao professor Henrique, que me acompanhou durante dois dos quatro anos de graduação e aceitou ser meu professor orientador, obrigado por cada reunião, orientação e contato, obrigado por me ouvir e me dizer para seguir adiante.

Agradeço a todos os professores que contribuíram neste processo de formação ao longo dos quatro anos de curso, cada um à sua maneira contribuiu e se dedicou para formar assistentes sociais críticos e comprometidos com a classe trabalhadora.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de jornada, sou grata a cada amigo que acompanhou e incentivou a realização do sonho que foi cursar Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Agradeço especialmente a Milena, Camila, Sarah, Debora por todas as celebrações, os abraços e até as lágrimas compartilhadas.

Januza, Angely e Ilena obrigado por cada consideração nesse processo formativo, obrigado pelas palavras de apoio e incentivo, obrigado por acreditarem que posso ser uma assistente social.

Enfim, obrigado a todos que passaram pela minha vida e pelos que ficaram, vocês são especiais.

"O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos."

Ariano Suassuna

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo analisar a relação entre a economia da Região Metropolitana de Natal (RM-N) e a classe trabalhadora dessa região. Para isso, foi utilizado como fundamentação de pesquisa o materialismo histórico dialético e como metodologia uma pesquisa básica, qualitativa de caráter documental e bibliográfico a partir de obras como O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital e Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, e também pesquisa quantitativa sobre a classe trabalhadora e sobre as atividades econômicas desenvolvidas através de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do Observatório de Trabalho Decente nos Municípios. Esses meios possibilitaram os seguintes resultados: conhecimento da estrutura social e econômica de formação social das cidades da RM-N e uma delimitação sobre o perfil da classe trabalhadora na região.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Região Metropolitana de Natal.

ABSTRACT

This work aims to analyze and analyze what is the relationship between the economy of the Região Metropolitana de Natal (RM-N) and the working class of that region. For this, the dialectical historical materialism was used as the basis of the research and as a methodology, a basic, qualitative, documentary and bibliographic research based on works such as *Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital e Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, as well as quantitative research on the working class and on the activities developed through data from *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* and *Observatório do Trabalho Decente nos Municípios*. These means made possible the following results: knowledge of the social and economic structure of social formation in the cities of RM-N and an outline of the profile of the working class in the region.

Keywords: Capitalism. Work. Região Metropolitana de Natal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – Prelúdio sobre a Região Metropolitana de Natal: formação sócio-histórica, setores e atividades econômicas	13
1. A região metropolitana de Natal e o desenvolvimento econômico.....	13
1.1 Formação sócio-histórica da Região Metropolitana de Natal	13
1.2 A Região Metropolitana de Natal: setores e atividades econômicos.....	16
1.2.1 Arês	17
1.2.2 Ceará-Mirim.....	14
1.2.3 Extremoz	16
1.2.4 Goianinha	17
1.2.5 Ielmo Marinho	18
1.2.6 Macaíba	19
1.2.7 Maxaranguape	20
1.2.8 Monte Alegre	21
1.2.9 Natal	22
1.2.10 Nísia Floresta	24
1.2.11 Parnamirim	24
1.2.12 São Gonçalo do Amarante	25
1.2.13 São José de Mipibu	26
1.2.14 Vera Cruz	27
1.3 Considerações sobre os dados apresentados	31
2 – Epítome sobre o trabalho e a classe trabalhadora da Região Metropolitana de Natal.....	33
2.1 Capital: o que é trabalho?.....	33
2.2 A classe trabalhadora da Região Metropolitana de Natal	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

A sociedade, sua formação, composição e características fazem parte do desenvolvimento, aprimoramento, foco e estudo do Serviço Social. É impossível desassociar a sociedade dessa profissão que é correlata a muitas outras áreas de estudo, por isso é tão importante sempre ter em mente a relação do Serviço Social brasileiro com a história do capitalismo no Brasil.

É comum haver estudos sociais sobre a sociedade, seu desenvolvimento e como é afetada pelas relações sociais. Em função disso, foi escolhido como tema dessa monografia é a articulação do capital com o trabalho na sociedade, com o objetivo de analisar a formação econômica de uma região metropolitana, sua historicidade e a conexão com o coletivo/ agrupamento comunitário que nele trabalha. Por ser um tema muito amplo e que absorve diversas possibilidades, foi selecionada para compor este escrito a elaboração de uma análise social a partir da formação de setores e atividades econômicas e os trabalhadores na Região Metropolitana de Natal, locada no Rio Grande do Norte.

A escolha do tema foi realizada a partir da identificação com a temática dentro do curso de graduação em Serviço Social e a participação em uma pesquisa sobre Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no RN: investigação sobre a configuração econômica da região metropolitana.

A Região Metropolitana é composta por cidades com histórias formativas interligadas que possuem em si características que podem ser pertinentes a todo desenvolvimento territorial brasileiro, sendo elas diversas e particulares de sua própria região.

O objetivo geral proposto para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi analisar qual é a relação entre a economia da Região Metropolitana de Natal e a classe trabalhadora dessa região. Os objetivos específicos são: pesquisar, a partir de uma revisão bibliográfica, a conformação histórica da economia da região metropolitana de Natal; identificar as atividades que compõem a economia da região metropolitana de Natal na atualidade; examinar a contribuição dos setores econômicos identificados na produção de riqueza desta região e traçar um perfil sobre a classe trabalhadora.

Houve dificuldades relacionadas ao tempo de execução da pesquisa pela paralisação das atividades presenciais em virtude da pandemia do Covid-19 e

posteriormente a volta da execução dos semestres de forma remota impediram a análise de outros materiais relacionados, afetando principalmente a pesquisa sobre a conformação histórica da economia da região metropolitana de Natal, visto que não é atualmente possível ter acesso à estrutura física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e conseqüentemente, não é possível ter acesso aos arquivos das bibliotecas da Universidade.

Foram analisados seis materiais (livros e cartilha) que contém informações sobre as cidades que compõe a Região Metropolitana de Natal, neles as informações que foram encontradas apenas fazem referência a criação dos municípios, sem aprofundar sobre o desenvolvimento econômico e social de cada um. Os arquivos encontrados e analisados foram documentos mais gerais a respeito do Rio Grande do Norte.

Os documentos analisados sobre a formação histórica do Rio Grande do Norte foram História do Rio Grande do Norte: Império e República: da Província ao Estado (1822-1889): Primeira República (1889-1930), História do Rio Grande do Norte escritos por Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo B. Suassuna, Terras Potiguares feito por Marcus Cesar Cavalcanti de Moraes, A história de Parnamirim escrito por Carlos Peixoto, o livro Trampolim para a vitória feito por Clyde Smith Junior e a cartilha Natal e Região Metropolitana elaborada pela Prefeitura de Natal.

Já referente aos demais objetivos, devido ao curto período disponibilizado para planejar e executar o Trabalho de Conclusão de Curso, os dados e resultados são principalmente dos anos entre 2010 e 2017, que são os anos sobre os quais foram encontrados dados.

Para viabilizar a investigação sobre o tema e o objetivo, foi utilizado como fundamentação de pesquisa o materialismo histórico dialético e como metodologia uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e bibliográfico a partir de obras como O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital e Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, e também pesquisa quantitativa (com dados secundários) sobre a classe trabalhadora e sobre as atividades econômicas desenvolvidas através de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do Observatório de Trabalho Decente nos Municípios, que usam como fonte dados o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vale ressaltar que, durante o período de pesquisa para identificação e análise das atividades e setores que integram e contribuem com a geração de renda e bens na produção e reprodução social, contratempos contribuíram negativamente para a realização do trabalho. Entre esses contratempos esteve a dificuldade de conseguir os dados escolhidos, pois, o sistema primário que foi analisado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não contém os dados de forma clara e de fácil pesquisa. É preciso tempo para se familiarizar com a operacionalização do sistema, que esteve até inacessível algumas vezes. Após continuar com a atividade de busca, foi localizado um sistema que utiliza os dados do IBGE quanto ao trabalho e as atividades econômicas de forma clara e concisa, a plataforma SmartLab, na aba do Observatório do Trabalho Decente nos municípios brasileiros que contém dados sobre o trabalho no Brasil e que é organizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), embora nele constem apenas as informações mais atuais, referentes ao período entre 2010 e 2015.

O trabalho está estruturado em dois capítulos que foram subdivididos. O primeiro capítulo possui uma contextualização sobre o desenvolvimento social e econômico da Região Metropolitana de Natal, alguns dados e características de como a cidade está atualmente. O segundo capítulo possui análises e dados sobre o que é o trabalho e quem é a classe trabalhadora na RM-N, contendo uma breve análise sobre sua situação mais recente, contingente populacional, população economicamente ativa, população ocupada, entre outras características.

1 – Prelúdio sobre a Região Metropolitana de Natal: formação sócio-histórica, setores e atividades econômicas

1. A região metropolitana de Natal e o desenvolvimento econômico

1.1 Formação sócio-histórica da Região Metropolitana de Natal

Economia, política, trabalho e questão social são categorias que fazem parte do cotidiano do profissional do Serviço Social, seja durante o período de formação profissional ou o período de atuação. Para entender a conexão entre a configuração econômica da Região Metropolitana de Natal (RMN) e a classe trabalhadora é, antes de tudo, preciso conhecer a configuração atual da economia da Região Metropolitana de Natal (RMN) e anteriormente é preciso estudar e analisar a formação sócio-histórica do estado do Rio Grande do Norte (RN). Para o estudo, foi escolhido o livro História do Rio Grande do Norte escrito por Luiz Suassuna e Marlene Mariz, que contém uma análise do desenvolvimento do RN.

De acordo com Suassuna e Mariz, (2005, p. 107-108), sobre a expansão territorial e o desenvolvimento econômico do Brasil e da região nordeste no século XVIII,

Cronologicamente o Nordeste foi a primeira área a ser aberta para a pecuária. Com o prosseguimento contínuo do povoamento durante o período colonial, por fim toda a região, menos a da faixa litoral, se viu interessada na criação de gado [...] A criação de gado na região nordeste está também muito ligada ao extrativismo salineiro, desenvolvido especialmente no litoral da capitania do Rio Grande do Norte

Em todo caso, no início do século XVIII,

com o território [da capitania do Rio Grande do Norte] quase todo povoado, cresciam as culturas de açúcar, algodão, pau-brasil, tabaco e ainda arroz, milho, feijão e mandioca, que constituíam as fontes gerais da economia; além dessas as indústrias da criação de gado, da pesca, da exploração das salinas e das madeiras de construção. A maior parte dessas indústrias sofria toda sorte de dificuldades, afligidas pelo fisco e pelos monopólios, sem contar com os embaraços causados pelos transportes, terrestres ou marítimos. [...] Para o comércio fora do Brasil, já nos meados do século XVIII a capitania exportava o pau-brasil, o algodão, drogas medicinais e outros. (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 122).

Diante disso, é possível perceber que o modo de produção e reprodução social no Brasil no século XVIII causa dificuldades (influência) no desenvolvimento econômico, de acordo com seus interesses e características sociais particulares, além da existência e impasse colocados por questões naturais como a seca.

O andamento da situação econômica no contexto da Primeira República (1889/1930) era centrado na produção e comercialização do açúcar, algodão, sal e cera de carnaúba, sendo que a pecuária bovina desenvolvida servia apenas para o mercado interno (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 204).

A economia potiguar no início da República era basicamente agrária, somente no período de 1901/1913 é que o capitalismo industrial começa a se fazer presente na economia local. Muito lentamente se foi constituindo o desenvolvimento de um processo de industrialização, com o capital acumulado no campo do financiamento e comercialização da economia agroexportadora, no período anterior. A origem do processo de industrialização local, ligado à transformação dos produtos oriundos da agricultura e pecuária, inicia o desenvolvimento da indústria alimentícia e de vestuário, estimuladas pelo governo através de uma diretriz de incentivos fiscais. (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 209)

Um dos principais fatores da expansão econômica norte-rio-grandense foi o envolvimento do Brasil com a 2ª Guerra Mundial, que causou

[...] um surto de desenvolvimento econômico com o crescimento da fortuna privada e a fortificação dos cofres do Estado, motivado pela riqueza originada com a exportação dos minérios, produto local de grande procura na época. Sem falar que a segunda guerra mundial trouxe a Natal a presença de guarnição militar com milhares de integrantes dessas unidades, além dos norte-americanos que se fixaram na base aérea de Parnamirim, tudo isso contribuindo para o desenvolvimento do comércio, pelo aumento populacional e consequente aumento das vendas para abastecer o consumo (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 313).

Desse modo, veremos a seguir como a ampliação econômica do RN foi fundamentada nos setores da agricultura, indústria e serviços.

Entre 1949/1969 a agricultura foi alicerçada “em um pequeno número de produtos, que em conjunto representam 93% do valor da produção do setor”, sendo esses produtos algodão, sisal (agave), feijão, mandioca, milho, banana, cana de açúcar, batata doce, cera de carnaúba e criação de gado bovino (leite e carne), (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 348).

Quanto à indústria, verificou-se que era pouco expressiva, sem exercer grande influência na economia, “caracteriza-se pela predominância de pequenos e médios estabelecimentos, notando-se grande participação das formas de produção artesanal e semiartesanal” (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 350).

O setor terciário, ou de serviços, constitui-se um setor de grande importância dentro da estrutura global do Estado, dividindo com o setor primário (agrícola), o maior peso na formação da renda interna, com uma participação em torno dos 45%. Todavia, mesmo com essa expressiva participação na renda interna, o setor terciário ainda não dispõe de uma estrutura montada em níveis

adequados, revelando grandes deficiências em alguns subsetores de sua composição. Em contrapartida, essa situação pode ser considerada como efeito do pouco dinamismo que caracteriza a economia estadual como um todo e também dos reduzidos investimentos do setor público em infraestrutura. (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 353).

Diante da contextualização histórica dos setores e atividades mencionados acima, é perceptível que o desenvolvimento está ligado inicialmente a práticas de agricultura e, de acordo com cada necessidade econômica e social do Brasil e do mundo, surgem questões como: o desenvolvimento industrial e do setor de serviços aliado às mudanças políticas que ocorreram no período entre a colonização, o sistema de governo imperial e modelo econômico e social formado por atividades geridas pelo modo de produção escravista, a instituição da república e expansão de atividades de exportação conectadas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a instituição de empregos e salários, a instituição da ditadura militar e o retorno a república.

São inúmeras as transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram e permearam o andamento da formação, instituição e crescimento dos setores e atividades econômicas no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal. Por este motivo, as atividades que compõem a economia da região metropolitana de Natal na atualidade sofreram inevitável influência, tornando passíveis de identificação as contribuições dos setores econômicos na produção de riqueza desta região.

A partir das informações acima colocadas, é possível observar que a formação histórica do RN é marcada pelo colonialismo, escravismo e também pela industrialização. Diante disso, para seguimento da pesquisa os passos seguintes foram identificar as atividades que compõem a economia da região metropolitana de Natal na atualidade e examinar a contribuição dos setores econômicos identificados na produção de riqueza desta região.

1.2 A Região Metropolitana de Natal: setores e atividades econômicos

Ao pesquisar sobre a Região Metropolitana de Natal, compreendeu-se que a região é composta por 14 municípios localizados na região nordeste do Brasil. Essa região, como abordado no ponto anterior, possui uma história marcada pela colonização do país por Portugal, pelo domínio da terra que foi retirada dos nativos, pela exploração da terra e do povo indígena e escravo que era trazido de outros continentes para serem explorados no Brasil.

A história do desenvolvimento da sociedade brasileira tem início por meio de relações de exploração social e econômica, mais conhecidas como escravismo. É por meio da exploração do homem e da terra que se configura o desenvolvimento urbano brasileiro. O desenvolvimento da urbanização territorial no Brasil e na Região Metropolitana de Natal está ligado à ampliação das relações sociais e econômicas. Uma sociedade só é reconhecida como tal por meio das relações que nela existem, caracterizadas como sociais — relações firmadas por meio da necessidade de sobrevivência e pelo trabalho. O homem se realiza como homem por meio do trabalho, da execução de atividades de transformação do meio e de si. É impossível desassociar o trabalho das atividades e setores em que o trabalho é realizado, e se é realizado por alguém.

Como resultado da pesquisa, temos a sistematização e análise da bibliografia encontradas no ponto anterior, referentes ao primeiro objetivo específico. Quanto aos demais objetivos, seguem abaixo os resultados encontrados, localizados no site do Ministério Público do Trabalho, na plataforma digital Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros.

Sobre a RMN, foi

a Lei Complementar 152, de 16 de janeiro de 1997, (a qual) definiu a criação da Região Metropolitana de Natal, formada por Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba e Extremoz. Em 2002, por meio da Lei Complementar 221, Nísia Floresta e São José de Mipibu foram adicionados. Já em 2005 (LC 315), Monte Alegre passou a constituir a Região Metropolitana; em 2009 (LC 391), Vera Cruz foi adicionada; em 2013 (LC 485), foi a vez de Maxaranguape; em 2015 (LC 540), Elmo Marinho passou a fazer parte da Região Metropolitana e, no mesmo ano (LC 559), Arês e Goianinha foram incluídas. Totalizando, então, 14 municípios (NATAL, 2017, p. 4).

Antes de começar a apresentar os dados encontrados sobre os 14 municípios, faz-se necessário questionar: o que é um trabalho decente? Se formos apenas caracterizar um trabalho decente de acordo com o trecho acima, trata-se apenas do trabalho formal, pois até o momento não há dados sobre atividades de setores informais.

Os dados e análises a seguir das atividades e setores econômicos atuais da RMN serão colocados em sequência a partir do nome dos municípios em ordem alfabética. Todos os dados referentes ao contingente de população ocupada, distribuição nos setores econômicos, categorias e organização de empresas e setores por atividade foram retirados do Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros.

1.2.1 Arês

Arês foi inicialmente povoada por índios à procura de novas terras e, posteriormente, visitada por holandeses. Na metade do século XVII, padres jesuítas foram a Arês para conquistar os habitantes indígenas, construindo uma igreja e um convento. Um século depois, em 1760, a localidade passou a ser Vila Nova de Arês. No ano de 1876, Arês passou a ser um município do Rio Grande do Norte (NATAL, 2017, p. 15).

O município de Arês está localizado a 48 km de Natal e contava em 2007 com uma população de 11.458 mil habitantes, sendo 6.846 mil na zona urbana e 4.612 mil na área rural. A economia é baseada na pesca, na carcinicultura e na agricultura, além de contar com a produção de açúcar e álcool, produzidos pela empresa Usina Estivas [atual Usina Bioenergia] (MORAIS, 2007, p. 33). Já em 2010, Arês concentrava 12,9 mil habitantes, e desses a população ocupada (entre 18 e 64 anos) era 3,9 mil.

Segundo o Observatório do Trabalho Decente nos Municípios em 2010 a maior parte da população ocupada está inserida no setor de serviços, sendo que do total distribuído nos setores apenas 38% são empregados com carteira de trabalho assinada, enquanto 18%, 698 habitantes trabalham por conta própria. A cidade, em 2015, contava com um total de 78 empresas distribuídas em 13 setores, sendo que 51%, 40 empresas, estão classificadas em atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e o 2º que mais possui empresas são as de indústria de transformação com 11 empresas. Enquanto 8 atividades colocadas pela plataforma não possuem empresas

colocadas na cidade, com elas seriam 21 pontos de atividades. Não há empresas para atividades de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Diante disso, é possível afirmar que entre os setores econômicos identificados agricultura, indústria e serviços, incluindo serviços de administração pública, o principal setor que contribui na produção de riqueza em Arês é o dos serviços. Com relação às atividades, as principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades relacionadas a indústrias de transformação.

Atualmente, o sistema produtivo, o modo de produção e reprodução social e econômica em vigência no Brasil é o capitalista — o qual está sempre em movimento, provocando mudanças na forma em que as relações são apresentadas “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais”. (MARX; ENGELS, 2008, p.13).

Em Arês podemos visualizar a influência do capital sobre o trabalho na medida em que os setores e atividades são voltados para os interesses do capital, em que o trabalho exercido pelos trabalhadores gere mais dinheiro para os capitalistas. Os setores da indústria e do serviço hoje ocupam um lugar a frente da agricultura na região. A população, ao ser identificada, é colocada a partir da categoria população ocupada, sendo a categoria população ocupada o contingente de trabalhadores dessa região que realiza algum tipo de atividade produtiva para o capital; as pessoas que trabalham em uma determinada região.

Em Arês o contingente populacional em 2010 era de 12,9 mil habitantes, no entanto desses apenas 3,9 mil estavam na categoria população ocupada. Em que atividades estão os outros 9 mil habitantes, que não são considerados população ocupada? Eles são trabalhadores informais, desempregados, aposentados, crianças, idosos, deficientes, são pessoas que estão inseridas em outras categorias.

1.2.2 CEARÁ-MIRIM

De acordo com a Prefeitura de Natal, (2017, p. 18),

o município de Ceará-Mirim foi inicialmente povoado pelos índios Potiguares. Através do comércio do Pau-brasil com franceses e espanhóis, os Potiguares fizeram seus primeiros contatos com o mundo ocidental. Fundada em 06 de

Junho de 1755 e conhecida por seus engenhos, surgidos nos anos de 1840, o município de Ceará-Mirim é conhecido como a “cidade dos verdes canaviais” e também por suas belíssimas praias: Muriú, Jacumã, Porto-mirim e Prainha.

O município está situado na região do Mato Grande e está a 28 km de distância de Natal. A economia local tem como grande referencial os produtos agrícolas, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, banana, goiaba, e mamão, além de atividades como avicultura, pescado, produção de rapadura e turismo. Nele ainda há minerais como Diatomita, Rútilo e Ilmenita. O artesanato é apresentado pela produção de vasos de argila e peças ornamentais de cerâmica e trabalhos com madeira (MORAIS, 2005, p. 62)

Ceará-Mirim, em 2010, contava com 68,1 mil habitantes e uma população ocupada (entre 18 e 64 anos) de 20,8 mil. E entre os 68,1 mil habitantes apenas 20,8 mil está na categoria população ocupada. Dos 20,8 mil, 12.9941 (62%) se vinculava ao setor dos serviços e apenas 2.988 (14%) no setor da agricultura. Da população ocupada 43% (8.889) são empregados com carteira assinada e 4.164 mil por conta própria. O município, em 2015, possuía 745 empresas sendo 362 (49%) no setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e 75 no ramo da construção, sendo apenas 3 em atividades de administração pública, defesa e seguridade social e 57 no setor da educação e 9 (1%) no setor de saúde humana e serviços sociais.

Dentre os setores econômicos identificados — agricultura, indústria e serviços, incluindo serviços de administração pública —, o principal setor que contribui na produção econômica em Ceará-Mirim é o dos serviços. Com relação às atividades, as principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades no campo da construção.

O que significa afirmar que um setor ou atividade econômica contribui na produção econômica? Significa que aquele setor ou atividade, que é realizada de acordo com os preceitos do capital, gera mais lucro e possui mais trabalhadores envolvidos. Quanto maior for a atividade realizada, mais trabalhadores será preciso para o trabalho.

Tais questionamentos demonstram a fragilidade, o desinteresse do estado em prover acesso a saúde de qualidade para os trabalhadores que a sociedade tanto necessita.

1.2.3 EXTREMOZ

Conforme o documento expedido pela Prefeitura de Natal, (2017, p. 21), sobre Natal e a Região Metropolitana, o município de Extremoz pertenceu à cidade de Ceará-Mirim até a década de 1960, quando emancipou-se (04 de Abril de 1963). Seu nome assemelha-se à cidade portuguesa de Estremoz, no distrito de Évora. Com o tempo, passou a ser escrita com “x”.

A cidade de Extremoz está situada a 16 km de Natal. Sua economia é fundamentada na agricultura, avicultura, pecuária, pesca, extração de água mineral e turismo. Ela conta com um parque industrial, onde estão empresas de grande porte, produzindo e gerando empregos (MORAIS, 2007, p. 76).

A cidade em 2010 possuía 24,6 mil habitantes, desses 8,1 mil como população ocupada. Dos 8,1 mil em 2010 caracterizados como população ocupada, 4.840 mil estão no setor dos serviços, 2.358 no setor da indústria e 890 na agricultura. Além de que, 1.724 (21%) são trabalhadores por conta própria, enquanto 81 (1%) são empregadores, 46% (3.708) trabalham com a carteira de trabalho assinada e 2.032 (25%) não, apenas 202 (2%) são trabalhadores na produção para o próprio consumo. Em 2015 havia 297 empresas, dessas 124 (42%) estava no setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 25 (8%) no setor de alojamento e alimentação, 30 (10%) na construção e 8 (3%) na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

É aceitável declarar que entre os setores econômicos identificados — agricultura, indústria e serviços, incluindo serviços de administração pública —, o principal setor que contribui na produtividade em Extremoz é o dos serviços. Quanto às atividades, as principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e campo da construção e alojamento e alimentação.

Referente aos dados apresentados, é possível observar que o número de empregadores é bem menor do que o número de trabalhadores por conta própria. Por que o número de empregadores é menor? Porque para ser empregador no capitalismo é preciso ter dinheiro para deter os meios de produção e manter os trabalhadores. É preciso ter como alvo o lucro, o capital acima de tudo.

Os trabalhadores comuns que não possuem condições de ter os meios de produção, são obrigados a vender suas forças de trabalho e, devido ao sistema ao qual estão inseridos, é provável que seja sempre um trabalhador que vende sua força de trabalho e não possua condições de se tornar um empregador. O capital precisa de um contingente

maior de trabalhadores do que de empregadores para seu processo de produção e reprodução.

1.2.4 GOIANINHA

A cidade de Goianinha foi fundada em 07 de Agosto de 1832 e habitada nos seus primórdios pelos índios Janduís. Atualmente, a cidade é ponto de referência para numerosas cidades do Litoral Sul e Agreste Potiguar. Seu comércio vem crescendo rapidamente. A cidade possui um polo cerâmico e o setor comercial da construção civil também teve um significativo crescimento (NATAL, 2017, p. 24).

O município é localizado na Região Agreste do Estado e está a 54 km de distância de Natal. Tem a economia baseada na agricultura, é uma grande produtora de cana-de-açúcar, carcinicultura e na pecuária (MORAIS, 2007, p. 84). A cidade em 2010 possuía 22,5 mil habitantes, desses 7,0 mil como população ocupada.

Na cidade, em 2010, dos 7,0 mil caracterizados como população ocupada 4.367 se encontravam no setor de serviços, 1.618 na indústria e 1.002 na agricultura. Desses 48% são empregados com carteira assinada e 26% não são, enquanto 5% (378) são trabalhadores na produção para o próprio consumo. Nela em 2015 havia 331 empresas, 179 (54%) apenas em atividades de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e 25 (8%) em Indústrias de transformação. Além de que, apenas 6 empresas no setor da educação e nenhuma em atividades de Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Diante disso, é possível afirmar o principal setor que contribui na produção de riqueza em Goianinha é o dos serviços. As atividades principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades relacionadas a indústrias de transformação e transporte, armazenagem e correio.

Nesta cidade, a maior fragilidade encontrada diante dos dados foi o fato de não haver empresas na atividade de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. A pergunta que fica é: como é a situação populacional com relação ao abastecimento de água e o acesso a um bem básico no dia a dia? Essa é uma questão que apenas uma pesquisa específica sobre isso pode indicar. Aqui, no entanto, vale ressaltar apenas que existe essa fragilidade.

1.2.5 IELMO MARINHO

Segundo a Prefeitura de Natal, (2017, p. 27), o município de Ielmo Marinho, localizado no Agreste Potiguar, foi fundado em 27 de Agosto de 1963. Por estar localizada às margens do rio Potengi, a cidade sempre teve solo fértil e, atualmente, destaca-se como o segundo maior produtor de abacaxi do Rio Grande do Norte.

De acordo com Moraes, na obra Terras Potiguares, (2007, p. 89), a cidade está localizada na Região do Potengi, a 54 km de Natal. A sua economia é fundamentada na produção agrícola, na pecuária e nas extrações de brita granítica, argila comum e areia.

Consoante aos dados do Observatório do Trabalho Decente, em 2010 Ielmo Marinho tinha 12,2 mil habitantes, desses 3,7 mil como população ocupada.

Na cidade, dos 3,7 mil como população ocupada, 53% (1.944) concentravam-se no setor da agricultura, 610 na indústria e 1.119 no setor de serviços. Além disso, 588 (16%) trabalham por conta própria e 570 trabalham na produção para o próprio consumo e apenas 21% (763) são empregados com carteira assinada. No ano de 2015, se apresentavam 45 empresas, das quais 21 no setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 6 em outras atividades de serviços e 4 indústrias de transformação e 3 em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Com isso, se conclui que entre os setores econômicos o principal setor que contribui na produção de bens em Ielmo Marinho é o da agricultura. As atividades principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades de serviço, indústria de transformação e agricultura.

Como mostrado nos dados acima, em 2010 Ielmo Marinho era uma cidade pequena, que possuía poucos habitantes e poucos trabalhadores ocupados. A maior parte dos trabalhadores não possuem carteira de trabalho assinada. A carteira de trabalho é um documento que comprova o vínculo do trabalhador com uma determinada instituição, comprova o exercício da atividade de trabalho e facilita ao trabalhador acessar seus direitos referentes ao trabalho como carga horária semanal, definição de hora extra, 13º salário, entre outros direitos que a Constituição Federal (CF) de 1988 aplica ao trabalhador, direitos instituídos no Artigo 7 da CF de 1988. Além da Constituição Federal, há também o Decreto-lei número 5.452, de 1 de Maio de 1943, que no Artigo 1º afirma, “Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas”.

1.2.6 MACAÍBA

Sobre o município de Macaíba, segundo a Prefeitura de Natal, (2017, p. 30)

o município de Macaíba, fundado em 27 de Outubro de 1877, fica às margens do Rio Jundiá. No início do século, foi ponto estratégico para o comércio. Seu principal ponto turístico é o Solar Ferreiro Torto, um marco histórico de 1614. Teve em Fabrício Gomes Pedroza (1809-1872) o grande impulsionador no desenvolvimento da cidade, dando, em 1855, o nome Macaíba à cidade. Localiza-se na cidade a Escola Técnica de Agronomia de Jundiá.

De acordo com Moraes (2007, p. 120), a economia conta com os seguintes segmentos: distrito industrial com inúmeras fábricas, extração de minério, água mineral e brita granítica, pecuária, agricultura, curtume e avicultura. No município, em 2010, havia 69,5 mil habitantes, enquanto a população ocupada entre 18 e 64 anos era 25,0 mil. Destes, no ano de 2010, enquanto população ocupada, 57% (14.241) se vinculavam ao setor dos serviços, 28% na indústria e 15% na agricultura. Sendo 20% (5.051) trabalhadores por conta própria e apenas 5% (1.156) trabalhadores na produção para o próprio consumo. Em 2015 havia na cidade 873 empresas, sendo 397 no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e 167 Indústrias de transformação, e 32 empresas de transporte, armazenagem e correio e uma empresa de Indústrias Extrativas.

Assim, ressalta-se que o principal setor da produção de riqueza em Macaíba é o dos serviços. Com relação às atividades, as principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades relacionadas a indústrias de transformação e construção.

De acordo com os dados apresentados, há mais de 1.000 (mil) trabalhadores na produção para o próprio consumo. São trabalhadores que trabalham e produzem para sua própria subsistência, diferentemente dos empresários no capital. Trabalham diretamente para produzir bens para si, e não para outro como é comum no capitalismo.

1.2.7 MAXARANGUAPE

Sobre a cidade de Maxaranguape, “na metade do século XVII, iniciou-se o povoamento da cidade. Seu crescimento foi impulsionado pelas terras férteis e pela pesca. Em 1958, por meio da Lei nº 2.329, Maxaranguape foi elevada à categoria de município” (NATAL, 2017, p. 33).

De acordo com Moraes (2007, p. 129), o município está localizado no litoral norte do Estado (a 54 km de distância de Natal) e baseia sua economia na pesca, agricultura, pecuária, turismo, fruticultura e extração de Diatomita.

Na cidade, em 2010, havia 10,4 mil habitantes, desses 3,3 mil era caracterizado como população ocupada.

Entre os 3,3 mil como população ocupada, em 2010, 1.964 concentrava-se no setor dos serviços, 835 na agricultura e 480 na área da indústria. Dos 3,3 mil 1.177 (36%) enquanto empregados sem carteira assinada, 834 com carteira assinada e 790 são trabalhadores por conta própria, enquanto 103 consistiam trabalhadores na produção para o próprio consumo e 115 na categoria dos não remunerados. Em 2015, havia 94 empresas na cidade, 32 apenas em atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e 15 em atividades de alojamento e alimentação, 3 na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e nenhuma no setor de saúde humana e serviços sociais.

A respeito dos setores econômicos, é possível afirmar que o principal setor que contribui na produção econômica em Maxaranguape é o dos serviços. Em relação às atividades, as principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades de alojamento e alimentação.

Maxaranguape não possui nenhuma empresa no setor de saúde humana e serviços sociais, isso revela a precariedade da situação vivida pela população e gera a seguinte questão: como os trabalhadores que adoecem recebem tratamento? Através dos serviços públicos de saúde, que atuam no município. Os serviços de saúde e fiscalização pública no Brasil estão instituídos na Constituição Federal (CF) de 1988 e é conhecido como Sistema Único de Saúde (SUS), que deve realizar ações de prevenção, manutenção e promoção da saúde na cidade.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (BRASIL, 1988)

Quem é que, comumente, provê esses direitos e possibilita a existência dessas instituições? há dois meios o meio privado em que empresas privadas podem surgir para lidar com essas demandas ou o Estado que deveria prover o acesso básico da população a esses direitos, já regulamentados pela CF de 1988.

1.2.8 MONTE ALEGRE

Segundo Morais (2007, p. 132), a região de Monte Alegre está inserida na Região Agreste do estado do Rio Grande do Norte, a 32 km de Natal. A economia é baseada no manejo de atividades como a agricultura, pecuária e extração de areia.

De acordo com o Observatório do Trabalho Decente em 2010 havia 20,7 mil habitantes na cidade, 5,8 mil como população ocupada.

Na distribuição nos setores econômicos, em 2010, dos 5,8 mil como população ocupada 3.183 vinculava-se ao setor de serviços, 1.775 na agricultura e 882 no setor industrial, sendo 1.497 na categoria de trabalhadores por conta própria, 1.763 empregados sem carteira assinada, 1.468 sem carteira assinada, 78 empregadores e 533 trabalhadores na produção para o consumo próprio. Em 2015 o município tinha 129 empresas, a maioria (73 empresas) em atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 17 empresas em atividades de transformação e 11 em atividades administrativas e serviços complementares, apenas 4 em atividades de alojamento e alimentação, uma empresa de transporte, armazenagem e correio e nenhuma no setor de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Diante disso, é possível afirmar que entre os setores econômicos identificados — agricultura, indústria e serviços, incluindo serviços de administração pública —, o principal setor que contribui na produção de patrimônio em Monte Alegre é o dos serviços. Com relação às atividades, as principais estão na área relacionada a indústrias de transformação e atividades administrativas e serviços complementares.

Em mais uma cidade é visualizada uma fragilidade quanto a direitos básicos como acesso a água tratada. De acordo com os dados coletados, vê-se que não há uma empresa no setor de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Em 28 de julho de 2010 que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua Resolução n°64/292, reconheceu “o direito à água potável e limpa e o direito ao saneamento como direito humano que é essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos”.

Acesso a água tratada é um direito fundamental do trabalhador, que precisa de água para manter o corpo, para tratar de demandas alimentícias e higiênicas, ainda mais em um período de pandemia, o qual estamos vivenciando e que torna ainda mais importante ter condições mínimas de higiene.

1.2.9 NATAL

Segundo a Prefeitura de Natal, no documento sobre Natal e Região Metropolitana (2017, p. 39),

o município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, foi fundado em 25 de dezembro de 1599, às margens do Rio Potengi. Em 1597, uma expedição comandada por Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque expulsou os franceses, dando início à construção da Fortaleza dos Reis Magos, no dia dos Santos Reis. Em 1633, os holandeses tomaram a cidade do Natal e durante 21 anos o forte passou a se chamar Castelo de Keulen e a cidade de Natal, de Nova Amsterdã. Com a expulsão dos holandeses, a cidade volta ao normal. [...] Durante a 2ª Guerra Mundial, a cidade, juntamente com Parnamirim, teve papel fundamental para a vitória dos aliados contra os nazistas.

Em 2010 o município de Natal possuía 803,7 mil habitantes, desses 350,8 mil entre 18 e 64 anos caracterizados como população ocupada. Dos 350,8 mil habitantes de Natal, em 2010 enquanto população ocupada se apresentavam 81% (284.203 mil pessoas) no setor dos serviços, inclusive administração pública, 18% (63.804 mil) na indústria e apenas 1% (2.827 pessoas) na agricultura. São 64.101 mil pessoas trabalhando por conta própria, 7.115 empregadores, 187.963 mil (54%) empregados com carteira de trabalho assinada e 60.158 sem carteira assinada, 2.835 não remunerados e 521 são trabalhadores na produção para o próprio consumo.

No ano de 2015 havia 21,7 mil empresas na cidade com atividades em 19 das 21 elencadas pelo Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros, 40 em atividades de administração pública, defesa e seguridade social, 73 na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (a porcentagem não foi calculada pelo sistema por ser considerada pequena), 1.706 em alojamento e alimentação (8%), 337 (2%) empresas no setor de artes, cultura, esporte e recreação, 2.394 em atividades administrativas e serviços (11%), 283 (1%) empresas em atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. As que possuem menos são as empresas de eletricidade e gás, que são 17, e indústrias extrativas com número de 15, as únicas atividades com nenhuma empresa são atividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, e empresas de serviços domésticos.

Em Natal, o principal setor econômico é o dos serviços e administração pública, incluindo as áreas de atividades importantes são as de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, defesa e seguridade social, alojamento e alimentação, empresas em atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.

Natal é uma metrópole, é uma das maiores cidades com relação a desenvolvimento econômico e social na RM-N. Possui empresas em quase todos os setores e atividades, e o contingente de trabalhadores é enorme. Com um contingente populacional que ultrapassa 800.000 (oitocentos mil) habitantes, apenas 521 são trabalhadores na produção para o próprio consumo. Natal é visivelmente operada por mãos totalmente imersas nos interesses do capital. O trabalhador neste sentido é aquele que serve ao capital, que trabalha para gerar mais-valor para aquele que o emprega, por isso o número de trabalhadores na produção para o próprio consumo é tão singelo em comparação ao número de trabalhadores ocupados. O interesse maior é girar as engrenagens do capital, é que o trabalhador trabalhe para outro e não para si.

1.2.10 NÍSIA FLORESTA

Conforme Morais (2007, p. 143)

o município de Nísia Floresta está localizado na Região Litoral Agreste do Estado, a 35 quilômetros de distância da capital [...] A vida econômica local ganhou maior dinamismo com o advento da atividade turística representada, sobretudo, pela beleza de suas praias e lagoas. Destacam-se ainda na sua economia: a avicultura, a pecuária, a pesca e a agricultura, com destaque para a produção de coco. A extração de Diatomita e de areia também fazem parte da pauta econômica do lugar.

Nísia Floresta, em 2010, de acordo com o Observatório do Trabalho Decente, possuía 23,8 mil habitantes, 8,0 mil como população ocupada, dos quais 5.234 vinculados ao setor de serviços, 1.588 na agricultura e 1.179 na indústria, nas categorias 1.346 trabalham por conta própria, 71 se constituíam em empregadores, 2.986 empregados sem carteira assinada e 2.754 com carteira assinada, e 394 em trabalhadores na produção para o próprio consumo. Em 2015 a cidade tinha 303 empresas, 74 em atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 47 em alojamento e alimentação, 55 em atividades administrativas e serviços complementares, 22 em educação, 3 em saúde humana e serviços sociais e nenhuma em atividades de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

É possível afirmar que entre os setores econômicos identificados, o principal setor que contribui na produção de riqueza em Nísia Floresta é o dos serviços. Já as atividades principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades relacionadas a alojamento e alimentação, atividades administrativas e serviços complementares.

Os dados mostram mais uma cidade em que não há empresa com atividade voltada para o tratamento de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

1.2.11 PARNAMIRIM

De acordo com a Prefeitura de Natal (2017, p. 45),

durante séculos, as terras da atual Parnamirim ficaram despovoadas. Na década de 1880, a área passou a fazer parte do percurso de trem entre Natal e Nova Cruz. Nessa época, diversas terras estavam sob propriedade de João Duarte da Silva, senhor do Engenho Pitimbu. Posteriormente, essas e outras terras passaram ao domínio do português Manuel Machado. Em 1927, com a abertura de rotas aéreas no Brasil, as terras de Manuel Machado foram escolhidas para abrigar um campo de pouso. Assim, foi criada uma auto-estrada ligando Natal à pista de pouso. Já no governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, a Base Aérea de Natal foi construída em Parnamirim, dividindo espaço com a pista de pouso existente, para uso dos militares estadunidenses. Ficou conhecida durante a 2ª Guerra Mundial como “Tranpolim da Vitória”. No início da década de 1950, a Base Aérea passou a ser o Aeroporto Internacional Augusto Severo. Em 1965, o Ministério da Aeronáutica criou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno em Parnamirim, desenvolvendo projetos em parceria com a NASA.

Em Parnamirim, no ano de 2010 havia 202,5 mil habitantes, e 89,0 mil como população ocupada. Na distribuição por setores econômicos 80%, 71.545 mil habitantes, vinculavam-se ao setor de serviços, 19% no setor industrial e 1% na agricultura. Na distribuição por categorias 17.461 mil são trabalhadores por conta própria, 42.085 mil são empregados com carteira assinada, 605 são não remunerados e 194 trabalhadores na produção para o próprio consumo. Na definição de empresas e organizações por setor, em 2015, havia 3,9 mil empresas na cidade, 248 em atividades de alojamento e alimentação, 355 em atividades administrativas e serviços complementares, 74 em atividades imobiliárias, 128 em atividades profissionais, científicas e técnicas, além de 1.756 em comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. A menor quantidade de empresas situa-se no setor de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, são 12.

Com isso, é possível dizer que entre os setores econômicos identificados o principal setor que contribui na produção de capital em Parnamirim é o dos serviços, e as atividades principais consistem na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades relacionadas a alojamento e alimentação, atividades administrativas e serviços complementares, atividades imobiliárias.

Diante dos dados, é possível observar que há uma disparidade enorme quanto o número de trabalhadores em relação aos setores econômicos. Nesta cidade, mais de 80%

da população ocupada está concentrada no setor de serviços. Por que o contingente de trabalhadores no setor de serviços é tão espesso, em relação a outros setores?

O setor dos serviços envolve serviços de construção, administração, reparo de automóveis, entre outros. Uma hipótese é que seja um setor que não necessariamente demanda acesso à educação superior para que os trabalhadores executem suas atividades, recorrendo com maior frequência a cursos técnicos e atividades manuais.

1.2.12 SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Conforme a Prefeitura de Natal (2017, p. 48),

próximo ao Rio Potengi, no século XVII, surgiu um povoado onde, posteriormente, estaria o Engenho Potengi. Na localidade de Cunhaú no dia 16 de Julho de 1645. Fiéis reunidos na Igreja para a missa dominical são massacrados pelos soldados holandeses, índios Tapuias e Potiguares. Três meses depois, na localidade de Uruaçu no dia 03 de Outubro de 1645, houve novo massacre idêntico a Cunhaú. Todos os mortos tornaram-se Protomártires. Em Outubro de 2017 tornaram-se santos da Igreja Católica. Com a saída dos holandeses, exploradores de Pernambuco foram povoar a área, entre eles estavam portugueses. Eles construíram dois sobrados e uma capela em homenagem a São Gonçalo de Amarante. Em 1958, por meio da Lei nº 2.323, o povoado tornou-se município.

Esse Município no ano de 2010 possuía 87,7 mil habitantes, e destes havia 32,3 mil habitantes caracterizados como população ocupada; na distribuição por setores econômicos 20.412 mil vinculados ao setor de serviços, 10.313 mil na indústria e 1.621 na agricultura.

Já na distribuição por categorias 4.943 mil trabalham por conta própria, 136 são empregadores, 18.341 são empregados com carteira assinada, 526 trabalham na produção para o próprio consumo. Em 2015 havia 824 empresas, 336 no setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 111 são indústrias de transformação, 81 na educação, 7 indústrias extrativas e 11 de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Diante disso, é possível afirmar que entre os setores econômicos identificados, o principal setor que contribui na produção de riqueza em São Gonçalo do Amarante compreende o setor dos serviços e as principais atividades situam-se na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e indústrias de transformação e educação.

Neste município, dos 32,3 (trinta e dois mil e trezentos) habitantes caracterizados como população ocupada 4.943 (quatro mil, novecentos e quarenta e três) trabalham por

conta própria. Diante de um sistema que empenha a relação entre o trabalho e o capital, muitos decidiram trabalhar por conta própria. Por conta da falta de vagas no mercado de trabalho, uma das saídas encontradas para lidar com essa situação é trabalhar por conta própria.

1.2.13 SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Segundo a Prefeitura de Natal (2017, p. 51),

em 1630, a área do atual município já era povoada por índios, que utilizavam uma flecha chamada “Mopebu”, daí vem o nome da cidade. Do final do século XVII até metade do século XVIII, o aldeamento foi coordenado por frades capuchinhos. Por volta de 1762, a vila foi criada por meio de um alvará com o nome de Vila de São José do Rio Grande. Já em 1845, a vila elevou-se a cidade de Mipibu e, dez anos depois, passou a ser chamada de São José de Mipibu.

Em 2010 havia 39,8 mil habitantes, 12,1 mil como população ocupada. Quanto à distribuição por setores econômicos 57% (6.862 mil pessoas) nos serviços, inclusive administração pública, 2.453 mil na indústria e 2.795 mil na agricultura. Na distribuição por categorias, 2.621 mil trabalham por conta própria, 69 são empregadores, 3.987 são empregados com carteira assinada, 4.229 são trabalhadores sem carteira assinada, e 548 são trabalhadores na produção para o próprio consumo.

No Município, em 2015, havia 418 empresas, 12 em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 21 em atividades de alojamento e alimentação, quase metade das empresas (49%) no setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e 4 em atividades com água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Assim, é possível afirmar que entre os setores econômicos o principal setor que contribui na criação de capital em São José de Mipibu é o dos serviços. Com relação às atividades, as principais estão na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades de alojamento e alimentação.

Nesta cidade, com 12,1 mil pessoas como população ocupada, há muitos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Conforme mencionado anteriormente, a carteira de trabalho é um documento que, em tese, garante ao trabalhador o acesso aos direitos trabalhistas, instituídos na Constituição Federal de 1988, Artigo 7, que dispõe ao trabalhador acesso a direitos como 13º salário, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entre outros.

1.2.14 VERA CRUZ

Segundo Moraes (2007, p. 243), o município de Vera Cruz está

localizado na Região Agreste do Rio Grande do Norte, o município de Vera Cruz está a 37 quilômetros de distância da capital do Estado [...] a economia do município é voltada para a avicultura e para a agricultura, onde se destaca como grande produtor de laranja.

De acordo com o Observatório de Trabalhos Decentes, em 2010 havia 10,7 mil habitantes na região, 3,6 mil como população ocupada. Destes uma grande parte (44%, 1.555 habitantes) estão no setor da agricultura, 1.474 no setor de serviços e 542 na indústria. Na distribuição por categorias, 637 trabalham por conta própria, 15 são empregadores, 697 são empregados com carteira assinada, enquanto 1.857 mil (52%) são empregados sem carteira assinada, e 144 são trabalhadores na produção para o próprio consumo. No que se refere às empresas e organizações por setor, na cidade em 2015 havia 79 empresas, 3 de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 44 no setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 18 indústrias de transformação, 2 no ramo da construção, uma na da educação, e nenhuma em água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Entre os setores econômicos como a agricultura, a indústria e os serviços (incluindo serviços de administração pública), o principal setor que contribui na produção de patrimônio em Vera Cruz ainda é a agricultura. As atividades principais se encontram na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades relacionadas a indústrias de transformação.

Os dados mostram uma grande diferença dessa cidade com relação às outras da RM-N. Sendo em Vera Cruz a agricultura o maior setor de atividades, a distribuição dos trabalhadores por categorias é diferenciada. São 3,6 mil trabalhadores ocupados, a maioria empregados sem carteira de trabalho assinada, o que demonstra uma grande fragilidade dos trabalhadores quanto ao acesso a direitos trabalhistas no município.

1.3 Considerações sobre os dados apresentados

Pesquisar enquanto atividade de análise e sistematização ideal da realidade possibilita intervir sobre características e questões que estão na sociedade. Um estudo e

trabalho sobre o desenvolvimento econômico de uma região permite conhecer as bases para o que está estruturado no tempo presente.

A evolução do setor econômico no Rio Grande do Norte tem suas raízes, ainda no período de colonização do Brasil, na expansão da pecuária, na exportação de cana de açúcar, pau-brasil e algodão. Da colonização para a república ocorreu a comercialização de café, abertura e investimento para a industrialização e o setor de serviços para o avanço e alicerce do modo de produção capitalista no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Agricultura, indústria e serviços são setores econômicos que até hoje compõe a economia norte-rio-grandense, progredindo cada um à sua maneira em cada município da região metropolitana de Natal. Cada cidade tem um particular desenvolvimento sobre as mesmas atividades e setores a partir do seu próprio crescimento e amadurecimento.

Os dados estudados mostram, a partir da composição econômica da região metropolitana, que os setores evoluíram. Não sendo mais a agricultura o principal setor econômico, o dos serviços foi consolidado como principal em grande parte das cidades. Muitas atividades são relacionadas à oferta de serviços. Entre os setores da agricultura, indústria e dos serviços, este último é o que mais contribui para a produção de riqueza na zona metropolitana de Natal.

Essas análises indicam o modo de funcionamento da relação entre a economia da Região Metropolitana de Natal e a classe trabalhadora. Até aqui, identificamos a conformação histórica da economia da região metropolitana de Natal, identificamos os principais setores (agricultura, serviços e indústria) e as principais atividades (atividades relacionadas a saúde, atividades de serviços de reparação de veículos, atividades de agricultura, entre outras) que compõem a economia da região metropolitana de Natal na atualidade e examinamos a contribuição dos setores econômicos identificados na produção de riqueza desta região, além de iniciar a descrição de um perfil sobre a classe trabalhadora dessa região (população ocupada, se trabalha com carteira assinada ou não, se trabalha na produção para o próprio consumo ou por conta própria).

A partir da discussão sobre a Região Metropolitana de Natal e os setores e atividades econômicas que nela estão, o próximo capítulo amplia a discussão sobre quem é a classe trabalhadora que atua nesses setores e atividades.

2 – Epítome sobre o trabalho e a classe trabalhadora da Região Metropolitana de Natal

Após apresentar a formação histórica do Rio Grande do Norte e os principais setores e atividades econômicas da Região Metropolitana de Natal, este capítulo trará a discussão do que é o trabalho no capitalismo, qual é a função do trabalhador para o capital e quem é o trabalhador na Região Metropolitana de Natal. Apresentaremos análises e dados sobre quem é a classe trabalhadora na RM-N. Nesta abordagem, será feita uma breve análise sobre sua situação mais recente a partir de categorias como contingente populacional, população economicamente ativa, população ocupada, entre outras características.

2.1 Capital: o que é trabalho?

O trabalho é a atividade primordial do homem como homem. No capitalismo encontramos já formadas as sociedades e as relações. Relações que são formadas por divisão e poder, porém, por se tratar de um processo de construção contínuo, essas relações continuam a ser desenvolvidas. Todavia, existem diferenças entre as relações presentes no momento inicial de construção do homem e as relações mediadas pelo modo de produção capitalista.

No início, o trabalho era comum a todos. Todos pensavam e detinham/ construíam os instrumentos necessários para executar um trabalho e para atender uma determinada finalidade. No entanto, no capitalismo e com a criação de uma sociedade dividida em classes e em propriedades privadas, embora o trabalho ainda seja realizado pelo homem, nem sempre vai apresentar uma ação teleológica ou sociabilidade, universalidade e plenas condições de liberdade.

À diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma relação mediada entre seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). [...] De uma parte, o fim (a finalidade) é como que antecipado nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), antes de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito prefigura o resultado de sua ação. Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo

sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. (NETTO; BRAZ, 2012, p.44)

No capitalismo o trabalho pode até ser pensado teleologicamente, mas não há uma sociabilidade como antes, pois esta é compartimentada, a cada um só é oferecida uma socialização limitada concernente à sua área específica de trabalho, não havendo necessidade de compartilhamento de informações e instrumentos.

Os instrumentos para a realização de trabalho se tornaram privados, poucos os detém. Não há mais uma perspectiva de coletividade, mas de individualismo e singularidade. A universalidade não é um fator comum e por isso os sujeitos sociais do capitalismo possuem sua liberdade tolhida, as alternativas e escolhas são formuladas de forma limitada.

Segundo Marx e Engels (2008, p. 16)

A burguesia [capital] suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Ela aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. Resultou daí a centralização do poder político. Províncias independentes, ligadas até então por débeis laços, mas com interesses, leis, governos e aduanas diversos, foram reunidas em uma só nação, com apenas um governo, uma legislação, um único interesse nacional de classe e uma só fronteira aduaneira. (MARX; ENGELS, 2008, p.16)

Em uma sociedade de classes sempre haverá um grupo que dominará outro, impossibilitando o desenvolvimento das capacidades humano genéricas de forma plena e universal. Nessa perspectiva o trabalho é definido não como práxis, mas como alienado, alheio ao trabalhador.

O termo basicamente se refere a ser alheio, estranho, ou seja, alienação é o processo mediante o qual sujeito e objeto de separam, se tornam alheios, estranhos. No MPC [Modo de Produção Capitalista], a alienação remete à separação entre o produtor e seu produto, assim como a alienação da atividade mesma da produção. Para desfazer qualquer leitura reducionista, lembremos que o produto do ser social não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento científico, a sociedade, enfim, a história. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 102)

Ademais, a sociedade capitalista, para continuar a exercer exploração e alienação de seus sujeitos formadores faz uso de valores e credos religiosos para buscar legitimar sua ação, sua existência e reprodução dentro da sociedade. Sendo assim, existe uma relação intrínseca entre a alienação do homem e a predominância de valores impostos socialmente por instituições religiosas nos marcos da sociabilidade capitalista.

Diante dessa contextualização social é possível analisar na economia e no trabalho as características do capitalismo citadas anteriormente.

Afinal,

O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. [...] É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história –, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente [...] cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...]. As suas relações materiais [dos homens] formam a base de todas as suas relações (MARX, 2009, p. 245 Apud NETTO, 2011, p. 34)

O contexto mostra a realidade social vivida por trabalhadores que vivem em seu cotidiano as consequências de uma sociedade de classes, que vivem sendo explorados. A realidade é mostrada através da relação desses trabalhadores com o sistema atual — o capitalismo. Vale ressaltar que as classes sociais não foram criadas pelo capitalismo. Isso vale para a propriedade privada e para a divisão social do trabalho.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns com os outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito [...] A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. (MARX; ENGELS, 2008, p.8 e 9).

As relações de poder são mostradas na interação entre os trabalhadores e os capitalistas, por meio das atividades realizadas, sendo o capital colocado como personagem principal neste contexto.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve -se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado. (MARX; ENGELS, 2008, p.19)

O capitalismo atinge tanto a formação do homem enquanto tal que este não se reconhece mais no trabalho e muitas vezes nem como pessoa. O ser humano é tratado como objeto, como meio para a aquisição de dinheiro e propriedades por aqueles que detêm os meios de produção (pela classe dominante). O homem passa de idealizador para instrumento substituível.

Por mais que o capitalismo e a questão social sejam assuntos recorrentes em discussões durante a graduação em serviço social, pelo fato de que o objeto de atuação profissional são as expressões da questão social, a abrangência do tema capitalismo e questão social é diversa e extensa. O modo de produção social que estamos comumente expostos é o do capital, por isso socialmente somos alvos de suas ofertas e demandas, as suas diversas expressões e condições, suas expressões são conhecidas como questões sociais. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 84),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84)

O sistema capitalista é formado por uma divisão em classes, a classe burguesa (daqueles que detém capital e meios de produção) e a classe proletária (dos trabalhadores que só possuem a sua força para empregar no trabalho). Para que ocorra uma produção e reprodução do capital é preciso haver uma produção e reprodução da força de trabalho, daquele que possui essa força, no caso o trabalhador. O trabalhador, contudo, é um ser humano, possui limitações, precisa de descanso e alimento para conseguir trabalhar, entre outras condições básicas como saúde, educação e lazer.

Como já mencionado anteriormente, a execução do trabalho é realizada por um conjunto de forças produtivas. Braz e Netto (2012, p. 70) afirmam que,

se a produção depende da existência dos meios e dos objetos de trabalho – que constituem os meios de produção -, é a intervenção da força de trabalho que a viabiliza. De fato, a força de trabalho (vale dizer: a capacidade dos homens operarem meios de produção) é a mais preciosa das forças produtivas: afinal, são os homens que, através do acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam instrumentos de trabalho, descobrem novos objetos de trabalho, adquirem habilidades e conhecimentos. Na força de trabalho, o caráter histórico das forças produtivas revela-se de maneira privilegiada: o crescimento da produtividade de trabalho (isto é, a obtenção de um produto maior com o emprego da mesma magnitude de trabalho) depende da força de trabalho, da sua capacidade para mobilizar perícia e conhecimentos (quanto mais

verdadeiros, rigorosos e científicos, mais eficientes). (BRAZ; NETTO, 2012, p. 70)

No modo de produção capitalista, o trabalhador é assalariado, é pago para vender sua força de trabalho ao capitalista que detém os meios de produção. O trabalhador, nessa sociabilidade, não possui os instrumentos necessários para produzir aquilo que ele tem necessidade. Os meios estão retidos aos burgueses, enquanto ao trabalhador resta apenas a sua força de trabalho, a sua capacidade de produzir algo, de realizar uma atividade.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve -se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado. (MARX; ENGELS, 2008, p.19)

A relação entre a classe burguesa e a proletária é mediada pela relação com o trabalho. O trabalhador vende sua capacidade produtiva, sua força de trabalho para o capitalista. O principal interesse na compra de força de trabalho dos trabalhadores por parte do capitalista é a obtenção de lucro, por meio da mais-valia.

Na medida em que o lucro é a força motriz da produção capitalista, compreende-se que o que interessa ao capitalista é a produção de mais-valia. Pode-se mesmo afirmar que, no MPC [Modo de Produção Capitalista], o que mobiliza a produção é a produção de mais-valia, que constitui a forma atípica do excedente econômico nesse modo de produção. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 115)

Outro fator que faz parte do capitalismo é que mediante a venda da força de trabalho, o trabalhador recebe um salário.

O trabalho assalariado é a forma específica do regime a que vivem submetidos os produtores diretos do MPC (modo de produção capitalista). Isso significa que ele é parte constitutiva do sistema de exploração do trabalho que é próprio do MPC: por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores (e elas são importantes em si mesmas, entre outras razões porque podem melhorar as suas condições de vida), não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 117)

O capitalismo é, portanto, um modo de produção em que a classe burguesa que possui os meios de produção, explora a outra classe, a trabalhadora, com o interesse de obter e produzir mais lucro em prol do capital, mesmo que para isso tenha que subjugar de forma intensa o trabalhador, com rotinas exaustivas e salários insuficientes, que podem tornar o trabalhador incapaz de ter supridas suas necessidades mais básicas. O que conta é a lógica e o interesse do capital.

Sendo assim,

O capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessantemente crescimento, aprofunda as desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Conduz à banalização do humano, resultante de sua indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. A reificação do capital – sua manifestação como sujeito não humano, coisificado na forma de dinheiro, em que aparece numa relação consigo próprio, como motor de seu auto crescimento – ofusca os processos sociais reais mediadores de sua própria produção. (IAMAMOTO, 2009, p. 20)

Contudo, o trabalhador continua a ser um homem, que possui necessidades, que precisa se alimentar, ter mínimas condições sociais básicas para que possa continuar a sua existência e possa executar atividades sociais. Para realizar algo o homem precisa ter energia que o permita fazer, não é possível trabalhar bem se não pode dormir, comer ou ter saúde. De acordo com Marx e Engels em Manifesto do Partido Comunista (2008),

Todas as sociedades até agora se apoiaram, como vimos, no antagonismo entre as classes dominantes e dominadas. Mas, para que uma classe possa ser oprimida, é necessário garantir-lhe as condições que lhe permitam, pelo menos, sobreviver em sua existência servil. (MARX; ENGELS, 2008, p.28)

A classe operária é criada dentro do molde de uma sociedade de classes. No caso do Brasil, a sociedade de classes e operariado é formado com a sociedade e modo de produção capitalista. Nesse sentido, está a gênese da questão social que é formulada a partir da acumulação de riquezas e expansão do capitalismo. A gênese da questão social é, portanto, fundamentada no modo de produção e reprodução do sistema capitalista, sendo determinada a partir das conseqüências sociais as quais esse sistema produz.

Uma das questões sociais fomentada pelo capital é o pauperismo. O pauperismo é resultante do sistema capitalista e se expressa como uma das principais conseqüências do capitalismo, fato que o insere nas questões sociais. O capital, como sistema e modo de produção, para sua expansão utiliza como alavanca a exploração da força de trabalho e o pauperismo.

O pauperismo, miséria, surge a partir da não inserção de alguns trabalhadores em processos diretos de exploração da força de trabalho no sistema capitalista, isso ocorre para que haja sempre mais exploração da força de trabalho e acumulação de riquezas. O capitalista faz uso dos trabalhadores em situação de pauperismo para “incentivar”, os trabalhadores que conseguem vender sua força de trabalho, a produzirem mais.

Segundo Marx (2013, p. 729)

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e

juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 2013, p. 729)

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 68)

Existem ainda aquelas camadas de classe trabalhadora do exército ativo que vivem de trabalho muito irregular. É a chamada superpopulação intermitente, cujo nível de vida encontra-se abaixo da média da classe trabalhadora.

Finalmente excluindo o lumpen proletariado, encontra-se a camada social dos trabalhadores que vivem numa situação de pauperismo, constituída não só de pessoas capacitadas para o trabalho (cuja proporção aumenta nos períodos de crise e se reduz nas fases de “euforia econômica”), como também de órfãos e filhos de pobres envolvidos no exército ativo nos períodos de pico econômico e, ainda, os velhos e as “vítimas da grande indústria”: viúvas, mutilados, doentes. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 68)

Outro ponto importante a ser colocado é a questão do valor criado pelo trabalho. Marx trata no capítulo 5 do livro *O Capital* volume 1 (2013), a respeito do trabalho. Trata a sua definição, seu processo de formação, sua importância e a forma como é utilizado no sistema capitalista.

O autor inicia o capítulo esclarecendo que o trabalho é caracterizado pelo uso da força de trabalho e que este ocorre em forma de ação, ou seja, um trabalhador possui em si uma potencialização para a realização de uma ação.

O trabalho é, no entanto, uma relação própria do ser humano, é uma relação entre o homem e a natureza em que, diante de alguma necessidade, o homem utiliza a força de trabalho para transformar a natureza e partir disso atender à sua necessidade. Para a realização de um trabalho o homem pensa, imagina, idealiza o que fará antes de começar, ou seja, ele age teleologicamente.

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e das mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho. (BRAZ; NETTO, 2011, p. 42)

No capitalismo, para que o trabalho seja realizado e apropriado pelo capitalista, é necessário antes de tudo incorporar os valores de uso. Isso é feito a partir do uso da força de trabalho para a criação de um produto que possua alguma utilidade, um valor de uso.

Nesse processo de realização do trabalho, o meio de trabalho é um ou mais instrumentos que o trabalhador utiliza e que o auxilia em sua ação.

Em resumo, o processo de trabalho:

Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos. O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam

utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2013, p. 191-192)

Nesse sistema, é imposto ao trabalhador uma nova necessidade: a de vender a sua força de trabalho, pois os instrumentos que precisa para realizar o trabalho não estão mais em suas mãos, mas nas mãos dos capitalistas, restando para o trabalhador sobreviver e atender suas necessidades, o objetivando em um produto que não pertencerá a ele, mas ao capitalista que possui os instrumentos e que comprou a força de trabalho. O objeto não tem apenas um valor de uso, mas também um valor de troca, para que possa ser vendido ou trocado.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [Bestimmtheit] quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [stoffliche Träger] do valor de troca. O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. (MARX, 2013, p. 884)

No entanto, para o capital é necessário que a mercadoria produzida para ser vendida possua um mais-valor. Sem o processo de trabalho a mais do trabalhador que trabalha mais do que precisa para gerar ao empregador uma quantidade maior de mercadorias e consequentemente mais dinheiro, nenhum lucro seria acrescentado ao capitalista, esse transcurso é denominado mais-valia.

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor. (MARX, 2013, p. 204)

Se na mercadoria houvesse apenas a soma do valor das mercadorias usadas na sua produção, os meios de produção e a força de trabalho que ele comprou para que pudesse haver alguma produção não gerariam lucros para o capital. O capital precisa do mais valor que é gerado por meio da exploração do trabalhador. Os interesses nessa sociedade são divididos, havendo os interesses da classe trabalhadora e os interesses do capital.

O processo de produção de mercadoria é constituído pelo processo de trabalho e pelo processo de formação de valor. Em um processo de valorização de mercadoria há uma quantidade de trabalho materializado em um valor de uso e o tempo socialmente necessário para sua produção.

No contexto de embate entre os interesses de cada classe, a diferença entre as classes é mediada por questões sociais que são comumente trabalhadas através do planejamento e execução de políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti, (2011, p. 51),

as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o de constituição das relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera da *reprodução social*. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51)

Ainda de acordo com Behring e Boschetti, (2011, p. 64), “a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar, e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX”.

2.2 A classe trabalhadora da Região Metropolitana de Natal

Este ponto do trabalho trata a respeito da classe trabalhadora da RM-N. Questionando quem é o trabalhador na região, foram selecionadas algumas categorias

para especificar. As categorias escolhidas são: o contingente populacional, para saber quantas pessoas existem na região e quem nesta população está ocupado (quantas pessoas estão trabalhando), a população desempregada, o contingente de pessoas que estão procurando emprego e não estão empregadas e, por último, a população economicamente ativa (PEA), que são as pessoas inseridas no mercado de trabalho, o que corresponde a população ocupada e os desempregados e o rendimento médio que eles recebem na região.

Tabela 1 – População total no Brasil e na RM-N em 2016 e 2017, com desagregação por sexo

Territorialidades	População total IBGE	População total IBGE	Desagregação HOMEM População total IBGE	Desagregação HOMEM População total IBGE	Desagregação MULHER População total IBGE	Desagregação MULHER População total IBGE
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	206.081.432,00	207.660.929,00	100.936.265,00	101.712.869,00	105.145.172,00	105.948.064,00
RM Natal	1.511.622,00	1.529.792,00	723.277,00	731.995,00	788.345,00	797.797,00

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

De acordo com essa tabela retirada do Atlas do Desenvolvimento Humano, com dados de 2016 e 2017, o total da população na Região Metropolitana de Natal era 1.529.792,00 (um milhão e quinhentos e vinte e nove mil e setecentos e noventa e dois), desse contingente populacional 731.995,00 (setecentos e trinta e um mil e novecentos e noventa e cinco) eram homens e 797.797,00 (setecentos e noventa e sete mil e setecentos e noventa e sete) mulheres. Essa era a quantidade de pessoas na região.

Tabela 2 – Taxa de atividade e porcentagem de trabalhadores ocupados na RM-N, 2010

Territorialidades	Taxa de atividade - 18 anos ou mais de idade Censo	% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados com carteira Censo	% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados sem carteira Censo	% de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores por conta própria Censo	% de ocupados de 18 anos ou mais que são empregadores Censo
	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	66,54	46,47	19,33	21,73	2,05
RM Natal	65,06	50,10	18,63	19,28	1,91

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Segundo a tabela 2 representada acima, a taxa de atividade, que é a porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 18 anos ou mais de idade, na RM-N em 2010 era de 65,06%, dessa taxa de atividade a porcentagem de ocupados com 18 anos ou mais que são empregados com carteira assinada era de 50,10%, os empregados sem carteira assinada eram 18,63%, os trabalhadores por conta própria eram 19,28% e a porcentagem de empregadores era de 1,91%. Sendo assim, a maior parte dos trabalhadores na RM-N em 2010, eram trabalhadores com carteira assinada. Isso quer dizer que a maior parte deles trabalha de maneira formal, de acordo com os padrões da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que são as orientações legais sobre o trabalho no Brasil. Por exemplo:

Art. 1º - Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

[...]

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada. (BRASIL, 1943)

Tabela 3: Características adicionais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos de idade ou mais da Região Metropolitana

PESSOAS OCUPADAS – 2012 a 2016

Pessoas ocupadas (mil pessoas) RMN	2012	2013	2014	2015	2016
Homem	344	369	364	356	356
Mulher	263	287	296	298	307
Total	606	657	661	653	663

Fonte: SEMURB- DIPE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua

Segundo a tabela acima, em 2016 na RM-N havia um total de 663 mil pessoas ocupadas, dentre eles a maioria eram homens, 356 (trezentos e cinquenta e seis) mil homens e 307 (trezentos e sete) mil mulheres. Por mais que o contingente populacional de mulheres seja superior ao de homens, o número de mulheres ocupadas é menor com relação ao de homens.

A maior parte do contingente populacional da RM-N, é formado por trabalhadores assalariados cujo setor de atividade o qual é empregado executa seus serviços a partir da CLT. As leis trabalhistas são necessárias para o trabalhador tanto quanto para o seu empregador. É uma relação que é mediada pelo Estado, para prover acima de tudo os interesses e a manutenção do capitalismo. O trabalhador é apresentado no capital como trabalhador livre. Em teoria, o trabalhador é livre para escolher o que quer fazer, como quer trabalhar, mas na realidade ele não possui os meios necessários para trabalhar sem o auxílio do capital.

A existência do “trabalhador livre” – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade –, enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um “pobre virtual”. Pobre, enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência. Como a capacidade de

trabalho, é mera potência; o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim, a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. O pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social –, é uma especificidade da produção fundada no capital (MARX, 1980, p. 110, v. II apud IAMAMOTO, 2015, p. 159)

Tabela 4 – Taxa de desocupação, grau de formalização dos ocupados, porcentagem dos ocupados nos setores agropecuário, do comércio e dos serviços, porcentagem dos ocupados sem rendimento e população economicamente ativa na RM-N em 2010

Territorialidades	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais de idade Censo	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais Censo	% dos ocupados no setor agropecuário Censo	% dos ocupados no setor comércio Censo	% dos ocupados no setor de serviços Censo	Rendimento médio dos ocupados Censo	% dos ocupados sem rendimento Censo	População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade Censo
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	7,29	59,32	13,55	15,38	44,29	1.296,19	5,58	89.464.856
RM Natal	10,12	63,34	4,11	19,07	51,94	1.319,22	2,36	626.223

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

A População Economicamente Ativa de 18 anos ou mais de idade na Região Metropolitana de Natal eram 626.223 (seiscentos e vinte e seis mil e duzentos e vinte e três). Esta é a quantidade de pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho na RM-N, que estão ocupadas ou desempregadas, mas que continuam servindo aos interesses do capital. O trabalhador que está ocupado, como mencionado anteriormente, é o trabalhador que consegue vender a sua capacidade produtiva para quem o contratar, no entanto há também pessoas que mesmo possuindo capacidade produtiva não estão diretamente vinculadas a uma empresa ou setor, não possuem um emprego, estão desocupadas. A taxa de desocupação é a taxa de desemprego, que em 2010 na RM-N com pessoas de 18 anos ou mais era de 10,12%. Mas de onde vem o conjunto de desempregados?

É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores já empregados –, via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho –, articulando os meios de extração da mais-valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene, à ociosidade socialmente forçada, amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, maiores que aqueles de trabalhadores incapacitados para a atividade produtiva.

Cresce, pois, uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento: não os “inúteis para o mundo”, a que se refere Castel (1998), mas os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e a procura –, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que estes dependam da grandeza da acumulação). (IAMAMOTO, 2015, p. 157)

De acordo com os dados apresentados, a classe trabalhadora da Região Metropolitana de Natal é composta em sua maioria por trabalhadores com carteira assinada, o que não implica dizer que não possui pessoas que trabalhem sem carteira assinada, de maneira informal, e mesmo com carteira assinada não quer dizer que todos os preceitos da CLT são cumpridos, ou que esta serve apenas a classe trabalhadora, a sociedade é uma sociedade de classes que lutam entre si, cada uma por seus interesses, ou seja não significa afirmar que o haja precarização no processo de trabalho. Há também uma boa porcentagem (mais de 19%) que trabalha por conta própria.

Além disso, os dados mostram que o rendimento médio dos ocupados em 2010 na RM-N era R\$1.319,22, mais que o dobro do valor do salário mínimo da época que era R\$ 510,00. Sendo até maior que a média de rendimento dos ocupados no Brasil em 2010, que segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano era R\$1.296,19.

A taxa de desocupação na RM-N é maior que média brasileira, há muita gente sem emprego formal que é taxada de desocupada porque não conseguiu um emprego sobre as bases do capital, pessoas que podemos colocar como exército industrial de reserva ou superpopulação relativa.

Durante o desenvolvimento do sistema capitalista de produção “cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte, degradado pela falta de trabalho” (MARX, 2013, p. 527).

Há também um enorme conjunto de pessoas 626.223 (seiscentos e vinte e seis mil e duzentos e vinte e três), que são colocadas como população economicamente ativa, que está inserida no mercado de trabalho que é oferecido pelo capital, sob condições de venda de sua força de trabalho.

Não é possível desassociar o trabalhador do trabalho. Para que uma atividade produtiva seja realizada é preciso que alguém empenhe sua capacidade, sua energia, para a produzir. Diante dos fatos apresentados, é inegável que esta sociedade é mediada por relações. Se existem setores e atividades econômicas é porque existem trabalhadores que

trabalham nelas. Não é possível fazer acontecer uma atividade, compor um setor econômico que faz parte do sistema capitalista, sem a presença da classe trabalhadora. Nesse sistema de divisões, é a classe trabalhadora que tornam tudo possível, inclusive a produção e reprodução do capital. Por isso, neste trabalho de conclusão de curso sintetizamos uma análise sobre o trabalhador, o capital e as atividades e setores econômicos na Região Metropolitana de Natal.

O crescimento do capital e o aumento do proletariado são resultados contraditórios do mesmo processo (Marx, 1971, p. 103). Logo, a produção capitalista é reprodução ampliada de relações sociais contraditórias, através das quais se realiza. Enfim, o resultado imediato da produção social, ao se considerar a sociedade burguesa no seu conjunto, é a “sociedade mesma, vale dizer o próprio homem em suas relações sociais”, em seu movimento de renovação. “Como sujeitos desse processo aparecem os indivíduos, porém os indivíduos em suas relações recíprocas”, que se produzem e reproduzem, junto com a riqueza por eles criada (MARX, 1980, p. 236-237, v. II apud IAMAMOTO, 2015, p. 392).

Sendo assim, a classe trabalhadora da Região Metropolitana de Natal, que trabalha principalmente nos setores da agricultura, serviços e indústria, é formada por trabalhadores ocupados, que trabalham em prol do capital. A maior parte dos trabalhadores são trabalhadores economicamente ativos e a taxa de ocupação é relativamente maior que a de desocupados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a relação entre o capital e o trabalho é um tema recorrente dentro do Serviço Social. Contudo, há sempre esferas que podem ser estudadas e analisadas.

Nesse sentido, vimos que a sociedade é o lugar em que ocorre as relações sociais. A sociabilidade capitalista é onde ocorre a dicotomia entre o capital e as atividades laborais. O trabalho adquire características diversas e únicas que estão em constante mudança. Neste sentido, o trabalhador é aquele que trabalha, que empenha sua energia, sua força de trabalho para produzir algo para outra pessoa.

Nesse contexto, o proletário trabalha em prol do capital e, nessa relação, trabalha em setores e atividades que geram lucro para o capitalista. O trabalhador é a peça motriz para o funcionamento do capital, sem ele não é possível produzir ou reproduzir socialmente esse modo de produção.

Nesta monografia, foi possível realizar estudos e análises sobre os objetivos propostos e reconhecer como o histórico da Região Metropolitana de Natal, sua formação social e econômica e os principais setores e atividades econômicas que constituem a região metropolitana podem delinear um perfil sobre o que é o trabalho e quem é classe trabalhadora na RM-N.

É nos setores e atividades econômicas que o contingente de trabalhadores está disperso. Os principais setores identificados foram o da agricultura, o dos serviços e o da indústria, sendo que a maior parte dos trabalhadores trabalham no setor dos serviços.

Há várias categorias aplicadas aos trabalhadores, categorizando-os e os distribuindo como população ocupada, desempregado, população em idade ativa, população economicamente ativa, entre outras. Contemplamos aqui que o proletariado possui características socialmente específicas para o capitalismo.

Na Região Metropolitana de Natal o trabalhador está em maioria no setor dos serviços, sendo grande parte do contingente populacional colocado como população ocupada e que é economicamente ativa.

Esta monografia, foi realizada no sentido de contribuir com as discussões já presentes dentro do Serviço Social e fortalecer os debates a partir da sistematização de informações atuais sobre quem é o trabalhador, que é comumente o público usuário dos serviços prestados pelo/a assistente social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: 03 mar. 2021.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 41ª ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte** / Marlene da Silva Mariz, Luiz Eduardo B. Suassuna. – 2ª ed. Natal [RN]: Marlene da S. Mariz, 2005.

_____. **História do Rio Grande do Norte: Império e República : da Província ao Estado (1822-1889) : Primeira República (1889-1930)** / Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna. - Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. - 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MORAIS, Marcus Cesar Cavalcanti de. **Terras Potiguares** / Marcus Cesar Cavalcanti de Moraes. – Natal (RN): Editora Foco, 2007. – 3ª edição.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direito Humano à Água e ao Saneamento**: resolução da Assembléia Geral nº64/292. Nova Iorque: Assembléia Geral, A/RES/64/292, 28/07/2010.

NATAL, Prefeitura Municipal de. **Natal e Região Metropolitana**, 2017. Disponível em:<<https://natal.rn.gov.br/semurb/planodiretor/anexos/cartilhas/Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20PDF.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEIXOTO, Carlos. **A história de Parnamirim** / Carlos Peixoto. - Natal: Z Comunicação, 2003.

SMITH, Clyde. **Trampolim para a vitória** / Clyde Smith Junior. - Natal, RN: UFRN, Editora Universitária, 1993.